

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 DO MUNICÍPIO
DE SUMIDOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROCESSO Nº 4429/2025.**

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO,

A empresa **LAGE & LAGE AUDITORES E CONSULTORES ASSOCIADOS – EPP**, sito na Av. Magalhães Pinto, 1529, conjunto de salas, Coronel Fabriciano/MG, inscrita no CNPJ sob no. 00.205.753/0001-33, representada neste ato por seu diretor **WALMIR MOREIRA LAGE**, Brasileiro, Casado, Contador e Administrador, portador da Carteira de Identidade M – 2.654.543 – SSP/MG, CPF: 536.223.676-87, vem respeitosamente apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao edital de licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026**, do tipo “**MENOR PREÇO**”, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de auditoria externa, com foco único e exclusivo sobre os aspectos relacionados aos bens patrimoniais e bens de consumo em almoxarifado”, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Nos termos do art.164 da Lei nº 14.133/2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimentos, devendo o pedido ser apresentado até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para a abertura do certame.

O próprio edital, em seu item 19, subitem 19.1, reproduz expressamente tal disposição legal.

Considerando que a data prevista para abertura das propostas é 30 de janeiro de 2026, conforme consta do Quadro Resumo do edital, a presente impugnação é manifestamente tempestiva.

DOS FATOS

O Município de Sumidouro/RJ instaurou procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando à contratação de empresa especializada em auditoria externa, restrita aos aspectos patrimoniais e de almoxarifado.

Ao proceder à análise detida do instrumento convocatório, a Impugnante identificou exigências que extrapolam os limites legais da habilitação técnica, impondo restrições indevidas à competitividade do certame, com potencial violação aos princípios da isonomia, da legalidade, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa.

Tais exigências, se mantidas, têm o condão de limitar injustificadamente o universo de potenciais licitantes, favorecendo empresas ou profissionais previamente estabelecidos na localidade do órgão contratante, em detrimento de concorrentes igualmente capacitados, porém sediados em outras unidades da Federação.

DO PODER-DEVER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração Pública detém o poder-dever de rever seus próprios atos, anulando aqueles eivados de ilegalidade, conforme consagrado no art. 53 da Lei nº 9.784/1999 e na jurisprudência consolidada.

Assim, constatada a existência de cláusulas editalícias incompatíveis com o ordenamento jurídico, impõe-se a sua correção, de modo a resguardar a legalidade do procedimento e a integridade do interesse público.

DO VÍCIO DO ATO CONVOCATÓRIO E DA AFRONTA À COMPETITIVIDADE

Emana da Lei 14.133/2021 que regula o instituto da licitação pública em seu art. 9º, inciso I, alínea “a”, que:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

Analisando o ato convocatório foi possível observar, que o mesmo, contém vício e irregularidade que comprometem a legalidade e regular andamento do processo licitatório, encontrando-se em desarmonia com a Lei e os princípios que regem os certames licitatórios, conforme se demonstrará a seguir.

DA IRREGULARIDADE DAS EXIGÊNCIAS DE REGISTRO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

O edital estabelece, no item 6.2.1, alíneas “a” e “g”, como requisitos de habilitação:

6.2.1. Comprovação de capacidade técnico-operacional, mediante:

(...)

a) Certidão de Regularidade Cadastral do licitante no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC/RJ), observados os termos da Resolução CFC nº 1.708/2023;

(...)

g) Declaração da licitante contendo a relação dos profissionais de seu quadro permanente, devendo constar, ao menos, 01 (um) Contador e 01 (um) Advogado, ou 01 (um) profissional com formação e habilitação legal para atuação nas 02 (duas) áreas (Curso Superior em Ciências Contábeis e Direito, com os respectivos registros profissionais nos 2 Órgãos de Classe, CRC/RJ - observados os termos da Resolução CFC nº 1.707/2023 - e OAB/RJ), com experiência de no mínimo 05 (cinco) anos em auditoria externa, com indicação do nome de cada profissional, sua(s) habilitação(ões) e os respectivos números de registros nos Órgãos de Classe competentes (Curso Superior em Ciências Contábeis e Direito, com os respectivos registros profissionais nos 2 Órgãos de Classe, CRC/RJ - observados os termos da Resolução CFC nº 1.707/2023 - e OAB/RJ), acompanhada de cópia da identidade profissional registrada no órgão de classe e comprovação de experiência profissional em auditoria externa de, no mínimo, 05 (cinco) anos.

Inicialmente, observa-se que tais exigências foram indevidamente inseridas sob o rótulo de “capacidade técnico-operacional”, quando, na realidade, tratam de qualificação técnico-profissional e de regularidade perante conselhos de classe, evidenciando impropriedade técnica na estruturação das cláusulas editalícias.

Mais grave, contudo, é a exigência de que os profissionais indicados possuam registro especificamente nos conselhos profissionais do Estado do Rio de Janeiro, o que não encontra amparo legal.

DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE REGISTRO NO CRC/RJ

Contudo, exigir registro em um conselho determinado, mesmo que seja sediada em outro Estado, infringe o que está expresso no art. 9º, I, “b”, da Lei 14.133/21, no que se refere as preferências ou distinções entre os licitantes:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

(g.n.)

No âmbito da profissão contábil, a matéria é disciplinada pela Resolução CFC nº 1.707/2023, a qual estabelece que o registro profissional deve ser obtido no Conselho Regional de Contabilidade correspondente ao domicílio profissional do contador.

Vejamos:

Art. 2º O registro profissional deverá ser obtido no CRC com jurisdição no local onde o contador ou o técnico em contabilidade tenha seu domicílio profissional.

Parágrafo único. Domicílio profissional é o local onde o contador ou o técnico em contabilidade exerce ou dirige a totalidade ou a parte principal das suas atividades profissionais, seja como autônomo, empregado, sócio de organização contábil ou servidor público.

Art. 3º O Registro Profissional compreende:

(...)

§ 1º O Registro Originário é concedido pelo CRC da jurisdição do domicílio profissional aos bacharéis em Ciências Contábeis ou aos técnicos em contabilidade que tenham concluído o curso até 14 de junho de 2010, obedecidos os requisitos desta Resolução.

(...)

Art. 4º O Registro Originário habilita ao exercício da atividade profissional na jurisdição do CRC respectivo e ao exercício eventual ou temporário em qualquer parte do território nacional, obedecido o disposto no art. 12.

A Resolução CFC nº 1.708/2023, mencionada no edital, não institui exigência diversa, tampouco impõe limitação territorial ao exercício profissional, não podendo ser invocada para legitimar restrição não prevista na legislação de regência.

A cláusula editalícia, portanto, revela-se ilegal, desarrazoada e restritiva da competitividade, ao impor condição incompatível com o regime jurídico da profissão contábil.

DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO NA OAB/RJ

Raciocínio idêntico se aplica à exigência de inscrição do profissional advogado na OAB do Estado do Rio de Janeiro.

Nos termos da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia), o advogado deve possuir inscrição principal no Conselho Seccional correspondente ao seu domicílio profissional, sendo a inscrição suplementar exigível apenas nas hipóteses de exercício habitual da advocacia em outro Estado, o que não se presume.

Vejamos:

Art. 8º: estabelece os requisitos para inscrição como advogado, incluindo aprovação no Exame de Ordem e compromisso perante o conselho seccional.

(...)

Art. 10. A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional, na forma do regulamento geral.

§ 1º Considera-se domicílio profissional a sede principal da atividade de advocacia, prevalecendo, na dúvida, o domicílio da pessoa física do advogado.

A atuação eventual ou pontual em unidade da Federação diversa daquela do domicílio profissional não autoriza a imposição prévia de inscrição suplementar como requisito de habilitação em licitação pública.

Assim, ao exigir inscrição na OAB/RJ, o edital cria condicionante não prevista em lei, violando os princípios da legalidade, da isonomia e da ampla competitividade.

DA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E LICITATÓRIOS

As exigências impugnadas afrontam o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, ao restringirem indevidamente a participação de potenciais licitantes e comprometerem a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A jurisprudência dos tribunais de contas é firme no sentido de que não se pode exigir registro profissional em conselho de jurisdição específica quando a legislação de regência autoriza o exercício profissional em âmbito nacional.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- I – o conhecimento e provimento da presente impugnação;
- II – a adequação das cláusulas editalícias e do Termo de Referência, de modo a afastar a exigência de registro profissional no CRC/RJ e na OAB/RJ, mantendo-se apenas a comprovação de regular inscrição dos profissionais em seus respectivos conselhos de classe, na forma da legislação vigente;
- III – a suspensão do certame até a efetiva correção do edital, se necessário, como medida de cautela e preservação da legalidade.

Por todo o exposto, requer-se o acolhimento integral da presente impugnação, a fim de que o edital seja adequado à legislação vigente e à jurisprudência consolidada, garantindo-se a competitividade, a transparência e a segurança jurídica do certame.

Nestes termos, pede e espera total deferimento.

Coronel Fabriciano, 26 de janeiro de 2026.

WALMIR MOREIRA
LAGE:53622367687

Assinado de forma digital por
WALMIR MOREIRA
LAGE:53622367687
Dados: 2026.01.26 14:51:33 -03'00'

LAGE E LAGE AUDITORES E CONSULTORES ASSOCIADOS

WALMIR MOREIRA LAGE

Diretor